



Afeto e subversão: Práticas infantis nos percursos cotidianos entre casa e escola em Rio das Pedras/RJ

***Affection and subversion: Children's experiences in everyday
journeys between home and school in Rio das Pedras/RJ***

***Afecto y subversión: Experiencias de niños en rutas cotidianas entre
casa y escuela en Rio das Pedras/RJ***

PEREIRA, Mariana Coviello Rei Rebelo¹

AZEVEDO , Giselle Arteiro Nielsen²

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro, Brasil.
mariana.coviello@fau.ufrj.br
ORCID: 0000-0002-5526-8237

² Universidade Federal do Rio de Janeiro; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro, Brasil.
gisellearteiro@fau.ufrj.br
ORCID: 0000-0001-6707-466X

Recebido em 20/03/2022 Aceito em 01/07/2022



Resumo

Tendo como perspectiva a invisibilidade das infâncias na participação e decisões sobre os lugares que utilizam na cidade, o artigo propõe um exercício de reflexão sobre como as crianças experienciam e, com isso, subvertem seus espaços livres cotidianos, ativando, reformulando e transformando a paisagem. Tendo como área de estudo o bairro de Rio das Pedras, o percurso metodológico foi estruturado na relevância do pesquisar-COM, por meio de uma abordagem qualitativa, que utiliza como base o acervo de narrativas de estudantes matriculados no Ensino fundamental de escolas públicas do Rio de Janeiro, apreendidas na atividade “Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos da Cidade do Rio de Janeiro” (GAE;SEL, 2020, onde procurava-se identificar as percepções e desejos das crianças, sobre seus percursos cotidianos de casa à escola. Os resultados obtidos nesta leitura sensível do território colaboram com uma visão real sobre a qualidade espacial urbana e o direito à cidade, por um olhar atento às micropolíticas do cotidiano e a construção da cidadania das infâncias que habitam este território.

Palavras-Chave: Cartografia, Território, Infância, Narrativa.

Abstract

Having as a perspective the invisibility of childhoods in participation and decisions about the places they use in the city, the article proposes an exercise of reflection on how children experience and, with this, subvert their daily free spaces, activating, reformulating and transforming the landscape. Taking the Rio das Pedras neighborhood as an area of study, the methodological approach was structured around the relevance of research-COM, through a qualitative approach, which uses as a basis the collection of narratives from students enrolled in Elementary School in public schools in Rio de Janeiro. de Janeiro, apprehended in the activity “Affective Mapping of Educational Territories of the City of Rio de Janeiro” (GAE;SEL, 2020, which sought to identify children's perceptions and desires about their daily journeys from home to school. The results obtained In this sensitive reading of the territory, they collaborate with a real vision of urban spatial quality and the right to the city, through an attentive look at the micropolitics of everyday life and the construction of citizenship of the childhoods that inhabit this territory.

Key-Words: Cartography, Territory, Childhood, Narrative.

Resumen

Teniendo como perspectiva la invisibilidad de las infancias en la participación y decisiones sobre los lugares que utilizan en la ciudad, el artículo propone un ejercicio de reflexión sobre cómo los niños experimentan y, con ello, subvierten sus espacios libres cotidianos, activando, reformulando y transformando el paisaje. . Tomando el barrio Rio das Pedras como área de estudio, el enfoque metodológico se estructuró en torno a la pertinencia de la investigación-COM, a través de un enfoque cualitativo, que utiliza como base la recopilación de narrativas de estudiantes matriculados en la Enseñanza Fundamental en escuelas públicas. en Río de Janeiro, aprehendido en la actividad “Mapeo Afectivo de los Territorios Educativos de la Ciudad de Río de Janeiro” (GAE;SEL, 2020), que buscó identificar las percepciones y deseos de los niños sobre sus trayectos cotidianos del hogar a la escuela. Los resultados obtenidos en esta lectura sensible del territorio colaboran con una visión real de la calidad espacial urbana y del derecho a la ciudad, a través de una mirada atenta a las micropolíticas de la vida cotidiana y la construcción de ciudadanía de las infancias que habitan este territorio.

Palabras clave: Cartografía, Territorio, Infancia, Narrativa.



1. Introdução

A reflexão sobre o objeto de investigação faz parte de uma pesquisa mais ampla, que se encontra em andamento na forma de uma dissertação de mestrado, sobre os territórios educativos da Zona Oeste do Rio de Janeiro, com o objetivo de compreender as subversões socioespaciais das crianças na cidade, tendo como espaço tempo os percursos casa-escola, a fim de confrontar suas percepções/desejos com a cartografia técnica do território.

Em primeiro lugar é preciso entender que pesquisar sobre cidades pressupõe, naturalmente, um compromisso transdisciplinar. Deste modo, as manifestações aqui dispostas vêm fundamentadas na ideia do território como um agente educador, e por isso se apoia em conceitos de vários campos disciplinares além da arquitetura e urbanismo, como a geografia, percepção ambiental, sociologia urbana e a educação, construindo pontes entre o ambiente construído e o comportamento humano.

O objetivo da pesquisa é analisar as práticas e representações das crianças sobre seus espaços livres cotidianos, refletindo o lugar do afeto nos modos de habitar e interagir com a paisagem. Para isso, foi definido como recorte espacial de estudo, o bairro de Rio das Pedras, por representar um lócus de potencialidades, afirmadas em desafios, fragilidades, forças e contradições, suscitando a proposição de territórios educativos, de acordo com sua rede interdependente de atores e ações.

A justificativa para se refletir sobre o assunto reside no fato de que os espaços urbanos não se encontram preparados para assegurar sua potência educativa, preocupando-se e validando a criança como sujeito ativo e atuante das dinâmicas ordinárias do pensar/fazer cidade. Nas últimas décadas, os modelos de planejamento urbano adotados estiveram em uma posição de negligência frente à dimensão humana, principalmente no que diz respeito ao atendimento de demandas e necessidades básicas de grupos sociais vulneráveis. Nos territórios sem planejamento, a dificuldade se torna ainda maior, pois se perpetuam as disputas de uma cidade partida, pelo olhar dos setores dominantes. Essa movimentação estimula o estigma negativo e, por consequência, a segregação de quem mora nesses locais, dificultando o participar da vida urbana em sua integralidade.

Francesco Tonucci (2020) aborda esse aspecto ao dizer que a cidade foi sendo adaptada a partir de um modelo de cidadão (que também ocupavam as instâncias políticas e de planejamento), com características e necessidades restritas ao gênero masculino, branco, adulto, trabalhador e motorista de automóvel. Todos os grupos sociais que divergiam dessa concepção foram colocados à margem da sociedade, impossibilitando a plenitude de seus direitos básicos garantidos. A esse processo, Lefebvre (1969) chama de *destruição da urbanidade*, que se instaura na destruição da função do espaço enquanto mediador de “encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade” (LEFEBVRE, 1969, p. 20).

Com isso, recorrências como violência urbana, expansão demográfica, problemáticas sociais, fragmentação territorial, bolsas de exclusão entre outros, se tornaram alguns dos subprodutos que demarcam a problemática do desenvolvimento desordenado das grandes cidades. As marcas impostas por essa lógica de produção capitalista do espaço urbano corroboraram diretamente na segregação da infância à vida pública.

Por mais que a infância tenha sido colocada nesse lugar de invalidação e silenciamento frente às decisões urbanas durante toda a sua construção histórico-social, foi com o planejamento urbano, a partir da segunda metade do século XX, que elas acabaram perdendo também seu espaço no direito à cidade. O domínio das experiências corriqueiras, como o brincar livre nas ruas, se viu cada vez mais privado aos espaços intramuros, dificultando as relações com os espaços livres públicos, o outro e a natureza. Estas relações de domínio entre público e privado, interferem profundamente nas relações de encontro, convívio, troca e desenvolvimento.



Tais questões são determinantes para pensar o futuro das cidades, com parâmetros congruentes de qualidade urbana, humana e ambiental. Nesse sentido, Mayumi Lima (1991) reforça que:

Há uma absoluta urgência de recuperar a cidade, enquanto lugar de encontro, do brincar coletivo, da relação lúdica de adultos e crianças e de crianças entre si. Sem qualquer nostalgia ou equivocada valorização do passado, há que se assegurar na cidade e para a cidade os espaços públicos, hoje privatizados pelo automóvel, pelas grades, pela segregação econômica e social que se faz em nome da segurança. (LIMA, [1991] 1995, p.185).

Daí a necessidade de investigar estas lacunas, por meio de dispositivos de diálogo, que deem vez e voz às crianças em seus territórios, permitindo compreender como acontecem as ressonâncias afetivas e subversivas entre corpo infantil e espaço urbano.

Para isso, compete contextualizar que o termo infância na verdade aborda múltiplas composições, visto que cada criança vivencia a infância de uma forma, a depender do seu contexto sociocultural, tendo inclusive aquelas que não vivem a infância em seu pleno direito, por falta de acesso a condições básicas, oportunidades e garantias.

Apesar da pluralidade de infâncias e formas de habitar a cidade, todas têm em comum a invisibilidade na cena pública, frente à participação social nas políticas públicas, ao compor um dos grupos que mais são colocados à margem de exercer seu discurso, direitos e participação nas decisões da cidade. Com o impasse de serem deixadas de fora em processos que lhes afetam diretamente, é possível perceber que elas acabam construindo estratégias de apropriação e produção do espaço, capazes de subverter a lógica do ordenamento proposto pelos adultos, dando-lhes novos significados e funções.

Esses movimentos de subversão são rodeados de afeto, no sentido da afetação, que se incorpora tanto no corpo afetado como no corpo afetante; neste caso as crianças e os territórios vividos por elas.

2. A dimensão afetiva do território: espaços livres e experiências infantis

Partindo do pressuposto que a experiência das crianças com e nos espaços livres urbanos dialoga com um estado de intervenção por meio de práticas socioespaciais, convém pensar na definição de território, base dos entrecruzamentos e sobreposições entre espaço, práticas, agentes, usos, funções e experiências (FRÚGOLI et al, 2006).

Dado como um conceito subjacente, temos como norte a definição usada por Schlee et al. (2009, p.228-231) que entende o território como uma “construção social, que incorpora os processos econômicos e produtivos, define estratégias de dominação sobre o espaço e seus recursos e que se manifesta sobre uma base física, através de múltiplas apropriações, individuais e coletivas, delimitando marcas e marcos de identidade cultural.”. Nessa perspectiva, fica claro que as dimensões sociais (política, econômica e social) possuem a mesma importância, constituindo redes dinâmicas de ação, a partir das relações entre os atores, sendo eles humanos e não-humanos.

Portanto, como falar de cidades sem tratar da sua esfera mínima, as pessoas que nela habitam e promovem tais ações? São elas que detêm a essência do lugar, de forma que não dá para se pensar em identidade urbana sem considerar uma “análise da percepção da cidade por aqueles que a vivenciam” (DUARTE, 2006). Assim, podemos dizer que, enquanto experiência plural e humana, a cidade vai sendo composta de pequenos cosmos, que vão tecendo sua identidade enquanto lugar, construída através da apropriação e afeto por cada habitante.

Etimologicamente, a palavra afeto tem sua origem no latim “effectus”, e é compreendido como sentimento e emoção que se manifestam de muitos modos. Ainda que na linguagem corriqueira o



termo seja ligado a um sentimento positivo de carinho, seu significado se demonstra bem mais complexo. Ao serem relacionados com a noção de ambiência, os afetos proliferam a potência do verbo afetar, pensados como uma possibilidade de afetar-se com o Outro, podendo este Outro ser, inclusive, um lugar, uma cidade, e não necessariamente uma pessoa. (DUARTE E PINHEIRO, 2013).

Ou seja, a cidade não é apenas um objeto percebido, reduzido a uma simples base de componentes formais, mas um espaço encarnado (THIBAUD, 2004), que só existe com presença e a ação dos indivíduos que o habitam. Isso remete à questão do pertencimento: sua cidade lhe pertence na mesma intensidade que você também pertence a ela. Por isso, o processo de “estranhar o familiar é um movimento necessário para buscar compreender os mundos sociais por onde circulamos, convivemos e interagimos” (VELHO, 2007, p. 13).

Deste modo, a ideia de corpo não existe em estado natural. A percepção é parte de uma soma de fatores impregnados na interação entre o indivíduo e a paisagem, configurando variadas leituras de mundo, que se fazem associadas ao contexto da dimensão da experiência vivida por cada sujeito.

Tuan (1980) utiliza o conceito de topofilia, com base em estudos anteriores de Bachelard (1974), para defini-la como “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou o ambiente físico, abordando-o sob o ponto de vista das percepções, das atitudes e dos valores envolvidos.” Para ele, a percepção de um indivíduo sobre o espaço vivido pode ser influenciada de inúmeras maneiras, e está irrefutavelmente condicionada a práticas e experiências anteriores, que vão sendo incorporadas e fortemente influenciadas na relação de apego e afeto com o lugar. Ou de modo contrário, conjecturando o sentimento de medo e/ou rejeição ao lugar, chamado de topofobia.

O afeto consequente da percepção estremece a reconquista do espaço público, cujo efeito estimula a tentativa de melhorar aquele lugar. É o que apresenta a teoria das janelas quebradas (KELLING;COLES, 1982), onde a sensação de indiferença com o ambiente começa a se proliferar em pequenas desordens, que acabam evoluindo rapidamente, fazendo crescer na população o sentimento de impunidade. Ou seja, a qualidade do espaço público influencia diretamente na forma de agir da população.

Por isso é preciso difundir a consciência de que os espaços públicos são de todos, gerando um sentimento de pertencimento, cuidado e afeto por aquele lugar, melhorando seus níveis de qualidade, bem-estar e segurança, com o apoio da população local e do poder público.

1.1. Cartografias afetivas: linhas do espaço do vivido e suas representatividades

A cartografia é descrita por Uriarte e Neitzel (2017, p.390) como “uma ciência que concebe, estuda e utiliza os mapas, e estes, por sua vez, são desenhos que indicam lugares ou territórios, favorecendo nossa orientação e nosso conhecimento sobre esse espaço”. Nesse caso, o mapa pode ser entendido como uma imagem estática, que apesar disso, é aberta a interpretações. Já a cartografia é o método capaz de capturar essas linhas, pistas e contornos do espaço vivido e refletir sobre suas representatividades.

Harley (1987) aborda que um mapa pode ser definido como “uma construção social do mundo”, e que por isso não corresponde efetivamente à totalidade de dada realidade. Da mesma forma, Montaner (2017), compreende que sua produção, por mais distante que seja, nunca se apresenta de forma neutra. Sua utilidade estaria em conseguir registrar as experiências e leituras de mundo, onde o espaço se torna o pano de fundo para compartilhamento de narrativas pessoais.

Cabe desenvolver que a concepção aqui retratada diz respeito ao ramo da cartografia social e participativa. Diferente da cartografia tradicional, que se estabelece no interesse de informações de localização e orientação no espaço cartesiano, o método da cartografia social explora de forma crítica e participativa o ato de mapear, construído na produção de representações sociais do território, por



quem o ocupa (suas vivências, memórias, desigualdades, sensações, sentidos, subjetividades, etc.). Este compromisso de dar voz às narrativas locais, a partir de uma perspectiva decolonial, concede espaço às comunidades e grupos sociais por vezes invisibilizados na cena político-participativa, ajudando os indivíduos a expressar suas opiniões, bem como aprender e refletir ainda mais especificidades do território em questão.

A essência de cartografar afetos se encontra muito mais ligada à forma como os elementos tangíveis e intangíveis agem indissociavelmente na percepção, reminiscências e identificação/repulsa do espaço a partir do que o indivíduo experiencia, do que propriamente sobre suas circunstâncias isoladas.

Assim, a cartografia afetiva é considerada uma possibilidade metodológica dentro de uma grande corrente que abarca a cartografia social e participativa, utilizando métodos e ferramentas que acolham os diferentes sujeitos e modos de habitar a cidade, tendo como plano de forças o afeto. Segundo Kastrup e Passos (2013), para compor cartografias com afetos, precisamos abrir nossa atenção e sensibilidade aos imprevistos, tendo consciência de que o processo é mais importante que o fim.

3. Metodologia:

Para entender como se dá a apropriação das práticas sociais infantis no espaço urbano durante seus percursos entre casa e escola, foi utilizado o repertório de respostas no projeto de pesquisa Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos do Rio de Janeiro (GAE-UFRJ; SEL-RJ, 2020), onde foi pedido que crianças relatassem suas percepções e desejos para a cidade, com base nas experiências cotidianas e cognitivas de cada território vivido. Assim, a pesquisa é delineada a partir do que as crianças têm a dizer, se tornando coautoras e co-construtoras dos processos de investigação.

Neste estudo, a percepção do lugar foi posta em evidência através dos sentidos e emoções, levando em consideração o que a criança vê, ouve e sente durante seu percurso entre a casa e a escola. Entende-se que ao descrever sobre suas experiências e microterritorialidades, fica impossível separar os elementos objetivos do espaço das subjetividades e ambiências que o formam, pois o afeto se retroalimenta das relações com os aspectos tangíveis e intangíveis presentes no território.

A escolha por este trajeto tem como fundamento básico o envolvimento comum a todas as crianças, devido à obrigatoriedade escolar dos 04 aos 17 anos. Nele, o contato diário com os espaços livres da cidade (que vem a acontecer em maior ou menor intensidade, a depender do tipo de modal utilizado) acaba sendo um fator determinante; principalmente para aquelas que têm sua vivência, liberdade e autonomia tolhida pela violência, medo, superproteção dos responsáveis, ou outra questão recorrente.

Assim, foi escolhido como local de análise o bairro de Rio das Pedras. A escolha teve como critérios a incidência de crianças que utilizam a mobilidade pedonal para fazer o seu trajeto, entendendo que o ato de caminhar estimula a consciência corporal e percepções mais atentas sobre os elementos ao seu redor.

3.1. Pesquisar-COM: crianças como coautoras e co-construtoras da pesquisa

As principais investigações do trabalho se apoiam na necessidade de transgredir pontes no diálogo entre o arquiteto, as políticas públicas e o grupo social da infância, tendo a escola como centralidade ativa, palco de procedimentos cada vez mais abertos à participação social das crianças; valorizando e assegurando ações para que elas possam expressar suas opiniões sobre os espaços urbanos.

O termo pesquisar-COM, cunhado por Moraes (2010), se afirma como uma prática performativa que se faz com o outro e não sobre o outro, em um movimento fluído de ação. Nesse sentido, o pesquisar-COM ao invés de pesquisar SOBRE as crianças preconiza reconhecê-las enquanto sujeitos, participantes, colaboradores do espaço, e, portanto, considerar suas visões a respeito daquilo que



experenciavam cotidianamente, fundamentadas pela empiria e visibilidade da narrativa própria. Além disso, é preciso desfazer a ideia de que a criança sabe menos que o adulto, ela sabe outras coisas, e essas coisas também precisam ser levadas em consideração no caminho permanente da vida em sociedade.

À luz deste entendimento, Becker (1993), assimila o ato de pesquisar como um fazer artesanal de ciência, onde o pesquisador não deve se prender aos princípios gerais como uma forma rígida, mas partir deles para adaptá-los às situações específicas do seu objeto de estudo. Neste caso, reordena-se a lógica de abordagem científica tradicional, não centrada no saber hegemônico do pesquisador, para dar lugar às crianças em contato com seus contextos e pontos de vista, refletindo sobre a construção coletiva do conhecimento, obtida por meio de processos participativos.

O instrumento gerador das análises é o mapeamento afetivo dos territórios educativos do Rio de Janeiro. Sua metodologia tem a capacidade de articular essas vozes, espacializando e oportunizando desdobramentos a partir de sua coleta e análise. O processo original e o recorte escolhido para esta pesquisa serão apresentados nos capítulos a seguir.

3.2. Mapeamento afetivo dos territórios educativos do Rio de Janeiro

Atento às inter-relações estabelecidas entre as crianças e os espaços livres da Cidade do Rio de Janeiro, os Grupos de Pesquisa Ambiente-Educação (GAE) e Sistemas de Espaços-Livres (SEL-RJ), ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/UFRJ); se apoiaram nas múltiplas experiências conjuntas que vêm sendo cultivadas desde 2015, para construir um método de investigação que tem como finalidade considerar e incluir as crianças nos processos de participação em políticas públicas urbanas, desvelando suas aflições, afetos, reivindicações e esperanças em relação ao território cotidiano e suas experiências espaciais, como forma de entender a diversidade e a complexidade da cidade.

A base da pesquisa integrada entre os grupos é o conceito de Territórios Educativos. Ainda que esteja em permanente construção, pode ser entendido como “um espaço ativo e dinâmico, construído social e tecnologicamente, formado por humanos e não-humanos, capaz de gerar efeitos educativos e influenciar ações” (AZEVEDO et al. 2016, p.23). Ou seja, para além das suas funções tradicionais, entende-se que a cidade exerce um papel educativo, na formação da cidadania, do desenvolvimento integral dos indivíduos e na qualidade urbana e ambiental.

Partindo desta temática, foi proposta a atividade Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos Rio de Janeiro, na busca por contemplar o ponto de vista dos estudantes sobre os espaços públicos que vivenciam cotidianamente durante o percurso casa-escola. O desafio de incluir todo o território municipal do Rio de Janeiro partiu de uma provocação feita pelo professor Miodrag Mitrasinovic, associado à *Parsons School for Design*, propondo comparar o mapeamento técnico e sistemático de espaços livres, centralidades e tecidos que já é feito pelo SEL-RJ, com o mapeamento real, por meio de processos participativos com crianças e jovens acerca de suas vivências e experiências no território, campo de experiência das pesquisas do GAE.

Dentre as possibilidades de ativação, a escola pública é vista como esse espaço irradiador, sendo equipamento de maior alcance, presente em todos os territórios e geografias, além de intermediar o diálogo entre comunidade escolar, do entorno, gestores públicos e as famílias, sendo o centro articulador do território educativo.

O alcance das devidas intenções só foi possível a partir da formalização de parcerias com o Poder Público, por meio do Escritório de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados (CVL-SUBPAR) e da Secretaria Municipal de Educação (SME), órgãos vinculados à Prefeitura do Rio de Janeiro.



A atividade foi realizada de forma voluntária no dia 08 de novembro de 2019 (dia mundial do urbanismo, instituído oficialmente pela ONU-HABITAT), com os estudantes matriculados na rede pública municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro, entre o 1º e o 9º ano do ensino fundamental. Com a mediação dos professores, as crianças receberam um formulário com duas perguntas propostas pela equipe de pesquisa, com base nos instrumentos de avaliação pós-ocupação (APO): mapa mental (LYNCH, 1997) e poema dos desejos (SANOFF, 1999), para responder de forma livre por desenhos e/ou textos:

“1) como é o caminho que você faz da sua casa até a escola onde você estuda? Descreva, em desenhos e/ou palavras, o que você vê, ouve e sente durante esse percurso.”

“2) Agora que você respondeu a primeira pergunta, descreva, em desenhos e/ou palavras, o que você desejaria para esse percurso.”

Além das perguntas, a ficha também continha um cabeçalho dedicado a dados gerais sobre os estudantes, como o nome da escola que estuda, o ano escolar, gênero, idade, bairro onde mora, modo de locomoção e tempo de deslocamento no percurso entre a casa e a escola.

A operação de análise dos dados aconteceu de forma quantitativa, por meio de uma tabela organizada em 15 categorias de análise, sendo elas: Infraestrutura; Equipamentos; Comércio e Serviço; Indústria; Aspectos Urbanísticos; Espaços Livres e Áreas Verdes; Acessibilidade; Mudanças Climáticas; Conforto Ambiental; Conforto Afetivo/Cognitivo; Recreação e Lazer; Aspectos Sociais, Econômicos e Culturais; Segurança e Violência; e Ações Sustentáveis. Cada categoria foi sendo subdividida em tópicos mais específicos, que resultaram um total de 119 subcategorias (Quadro 01).

Quadro 01: Categorias e subcategorias da tabela

CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS	
Dados Gerais:	CRE - Designação e Escola; Idade; Gênero; Transporte; Ano/Série; Bairro onde mora; Tempo de deslocamento
Infraestrutura	lixo - esgoto - água - pavimentação (asfalto, saibro, paralelepípedo) - postes, fios e luminárias - arborização - pontes, viadutos e passarelas - vetores zoonoses - outros infraestrutura
Equipamentos	creche - escola - posto de saúde/UPA - hospital - clínica da família - equipamentos culturais (arenas, biblioteca, teatro) - instituições militares - delegacias, UPPs, batalhões, postos de segurança - cemitério - igreja ou espaço religioso - outros equipamentos
Comércio e serviço	comércio local (padaria, pipoca, bar, doceria...) - comércio de grande porte (shopping, mercado...) - serviços locais (manicure, oficina, petshop...) - outros comércio
Indústria	fábricas em funcionamento - fábricas desativadas - outros indústrias
Aspectos urbanísticos	sinalização - ordenação do espaço público - iluminação - limpeza - muros - edificações precárias - edificações de gabarito baixo (até 3 pavimentos) - edificações de gabarito alto (4 pavimentos ou mais) - morros - favela/comunidade - outros aspectos urbanísticos
Espaços Livres e áreas verdes	rua - praça - parque - mata - bosque - floresta - praia - campo de futebol - quadras - rios, valões e outros corpos d'água - outros espaços livres e áreas verdes
Acessibilidade	calçada/rua - escada - rampa - barreira - travessia - outros acessibilidade
Mobilidade	carro - van/kombi - BRT - trem/metrô/VLT - bicicleta - a pé - motocicleta - ônibus - skate, patinetes, cavalo, patins - transporte público - outros mobilidade



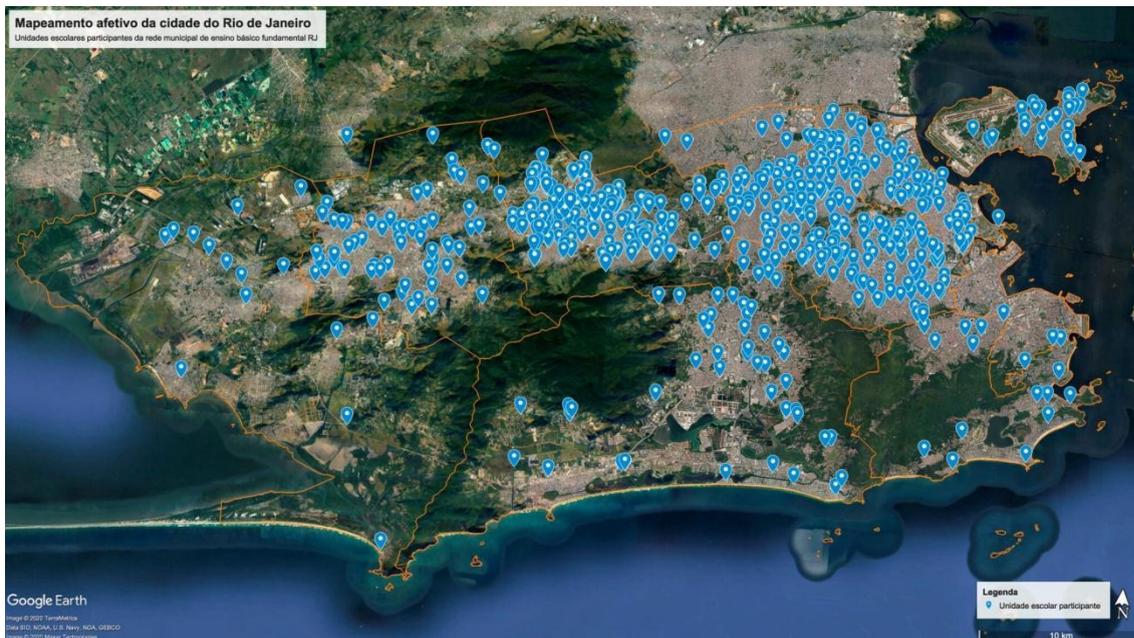
Mudanças climáticas	inundação e enchentes - ventos - qualidade do ar - qualidade sonora - qualidade hídrica - deslizamentos - queimadas - outras mudanças climáticas
Conforto ambiental	calor - frio - cheiros - sombra - frescor - sons - outros conforto ambiental
Conforto afetivo e cognitivo	medo - tempo de deslocamento - alegria - segurança - paz - amor - raiva - tristeza - outros afetivo/cognitivo
Recreação e Lazer	brincar - jogar - divertir - correr - comer - descansar - acesso à internet (celular e computador) - outros recreação e lazer
Sociais, econômicos e culturais	emprego e renda - cultura - educação - saúde - usuário de drogas - morador de rua - animais - interação interpessoal - vitalidade urbana - desigualdade - camelô/ambulantes - outros aspectos sociais, econômicos e culturais
Segurança e violência	forças de segurança (polícia, bombeiro, guarda) - operação policial - criminosos/ações criminosas - tiroteio - marcas de violência (tiro, sangue, etc) - assédio - drogas - trânsito (atropelamento, acidentes, batidas) - outros segurança e violência
Ações sustentáveis	hortas comunitárias - coleta seletiva e reciclagem - outras ações sustentáveis

Fonte: Acervo GAE/SEL-RJ (2020)

É importante destacar que o intuito do trabalho era, para além de afirmar o protagonismo das crianças, conseguir espacializar as percepções e desejos dos estudantes sobre seus caminhos cotidianos, como forma de compreender a diversidade e a complexidade da cidade, na macroescala. Com isso, os pesquisadores tiveram o cuidado de fazer uma leitura que não promovesse uma relação interpretativa dos registros, principalmente dos desenhos, restringindo as chances de interferência, sobreposição ou negação aos fatos que os estudantes realmente queriam dizer.

Para organização e tabulação dos dados foi realizado um curso de extensão entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020, no laboratório dos grupos de pesquisa envolvidos, e contou com a participação de 62 pesquisadores e colaboradores de diversas áreas de interesse e instituições, de instâncias públicas e privadas. As equipes foram separadas de acordo com a estrutura da Secretaria Municipal de Educação (SME), órgão responsável pelas políticas educacionais na escala do município, que divide o território em 11 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). O limite das CREs e as escolas participantes podem ser compreendidos no Mapa 01:

Mapa 01: Unidades escolares que participaram da atividade do Mapeamento Afetivo na Cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: Acervo GAE/SEL-RJ (2020)

Na etapa posterior, os pesquisadores vinculados aos grupos de pesquisa junto aos técnicos da prefeitura criaram gráficos do tipo radar para melhor visualização das respostas, possibilitando leituras transversais entre as categorias, observando os paralelos e diferenças que existem entre as CREs. Além disso, foi produzido um relatório técnico com o aprofundamento das análises, limitações e possíveis desdobramentos da atividade.

Levando em consideração que o município do Rio de Janeiro se apresenta como a maior rede pública de ensino da América Latina, contando com um total de 1.541 escolas municipais e cerca de 650 mil estudantes, é possível perceber a força da atividade, ao conseguir se fazer presente em todos os bairros da cidade, e que, apesar de acontecer por adesão voluntária, alcançou turmas de 734 unidades escolares participantes, resultando na quantificação de 13.376 documentos analisados (quadro 02).

Quadro 02: Participação das escolas em cada CRE.

CRE	UNIDADES ESCOLARES TOTAL	UNIDADES PARTICIPANTES	FICHAS ANALISADAS	PORCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO
1ª CRE	96	32		33,33%
2ª CRE	153	21		13,73%
3ª CRE	134	91		67,91%
4ª CRE	166	98		59,04%
5ª CRE	130	127		97,69%
6ª CRE	113	16		14,16%
7ª CRE	180	51		28,33%
8ª CRE	188	147		78,19%
9ª CRE	165	87		52,73%
10ª CRE	197	34		17,26%
11ª CRE	43	30		69,77%
TOTAL:	1565	734		46,90%

Fonte: Acervo GAE/SEL-RJ (2020)

Para esta pesquisa, foi escolhido como recorte de análise o bairro de Rio das Pedras, localizado na 7ª CRE, tendo como intuito contribuir com estudos em áreas de expansão e renovação urbana, tendo como base o olhar de crianças em situação de vulnerabilidade socioambiental.

4. Rio das Pedras: Caracterização da região

O bairro de Rio das Pedras encontra-se localizado na zona oeste da Cidade do Rio de Janeiro é circundada pela Floresta Nacional da Tijuca e a Lagoa da Tijuca, ocupando, em parte, uma Área de Proteção Ambiental (APA). Considerada a terceira maior favela do país em níveis de população, atingiu a média de 63.484 moradores sobre área de 90 hectares de terra em expansão, segundo dados oficiais do censo 2010 do IBGE.

O seu zoneamento é compartilhado popularmente em seis subáreas conhecidas como Areal 1, Areal 2, Areinha, Vila Pinheiro, Vila dos Carangueijos e Centro de Rio das Pedras, onde se entende como o núcleo inicial de apropriação. A divisão é mostrada no mapa 02, facilitando a compreensão simbólica dos limites de cada uma.

Mapa 02: Mapa de Zoneamento de Rio das Pedras.



Fonte: Autora, a partir da base de imagem do Google Maps (2022).

Como na maioria dos casos encontrados no histórico de formação das aglomerações subnormais da cidade, a ocupação da favela - iniciada no final dos anos 1960, ainda sob forma de invasão - se deu em decorrência da migração nordestina em busca de melhores condições de vida na região sudeste, e impulsionada pela necessidade de mão de obra para a construção do Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá nas proximidades.

A área pantanosa e com muitos areais, teve seu nome escolhido em razão do rio que percorre toda a sua extensão, e tem como característica principal seu leito coberto por pedras. Por suas características morfológicas, a região possui um solo que condiciona baixíssima resistência, manifestando dificuldades para construção de edificações já que acaba afundando com facilidade. Com isso, a comunidade foi se estabelecendo, sem projetos de escoamento da rede pluvial e impasses sobre infraestrutura e saneamento básico, o que até hoje resulta em problemáticas constantes de alagamento. Assim, a ocupação foi se consolidando com a ausência do poder público

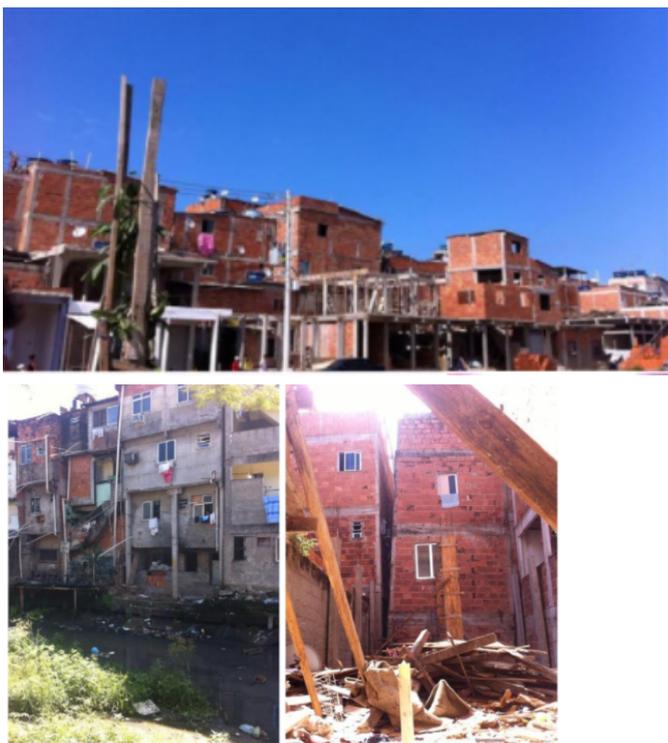


atuando na formação desse território.

Figuras 01, 02, 03 e 04: Foto aérea e ao nível do observador de Rio das Pedras.



Fonte: Custodio Coimbra (2020).



Fonte: Autora (2019).

A partir da década de 80, o local atinge um processo ainda mais acelerado de expansão, em virtude da crescente demanda interna por habitação, pelo contínuo fluxo migratório que marca sua formação. Neste desenvolvimento crescente, há de se destacar o “poder exercido pela Associação de Moradores na ordenação da vida social em Rio das Pedras” (MONTEIRO, 2004), que se mantém presente como a centralizadora da autoridade local. Nesta conjuntura, é preciso trazer como observação que forças paralelas têm bastante influência sobre a região, sendo considerado o berço de uma das mais antigas milícias da cidade.

O entendimento sobre a expressividade desse lugar se destaca pelo contexto sociocultural. A construção da sua identidade expressa muito à referência descendente da população predominantemente, que é originária principalmente da Paraíba, Ceará e Bahia. Movimentada 24 horas por dia, Rio das Pedras é um lócus de funções diversificadas que compõem sua sociabilidade. Os comércios e serviços ali localizados dão suporte para que a economia gire em torno de si própria, favorecendo o interesse e desenvolvimento local.

No que diz respeito à educação formal, aponta a incidência de nove escolas municipais presentes no bairro, concentradas no lado norte, onde a infraestrutura é mais consolidada. Das nove, quatro escolas participaram do Mapeamento Afetivo em 2020, contribuindo com um total de 174 relatos de estudantes do 1º ao 6º ano, tendo entre os 6 e os 12 anos de idade.

5. Apropriações subversivas das crianças nos trajetos casa-escola em Rio das Pedras

Ter as crianças como agentes da subversão exerce um olhar atento aos processos subjetivos, que demarcam o território como esta superfície sensível, expressada em marcas, afetos e possibilidades de ser e habitar os espaços da cidade.

Dos 174 estudantes que participaram do mapeamento afetivo, 75% vão a pé para a escola. Por se tratar de um ambiente predominantemente residencial, e que ao mesmo tempo, exprime sua autonomia pela grande diversidade e oferta de comércios e serviços (sejam eles condicionantes à formal ou informalidade), torna-se espontâneo a população recorrer ao caminhar, sobretudo nas ruas internas da comunidade.

A predisposição da leitura espacial corroborou com três categoriais principais de análise, se debruçando nos significados associados às respostas escritas e desenhos: a) percepções e desejos alinhados; b) envolvimento afetivo com o lugar; c) direito à infância dentro do direito à cidade:

a) percepções e desejos alinhados

De acordo com as respostas, é possível perceber que dentro das percepções predomina o engajamento com problemáticas locais bem específicas do lugar, e, por conseguinte, o desejo de melhoria de cada uma delas. De modo geral, os aspectos negativos do bairro se sobressaíram nas percepções, quase que como utilizassem a atividade para denunciar situações de vulnerabilidade socioambiental e o esquecimento do Poder Público na região. (Figuras 01, 02 e 03).

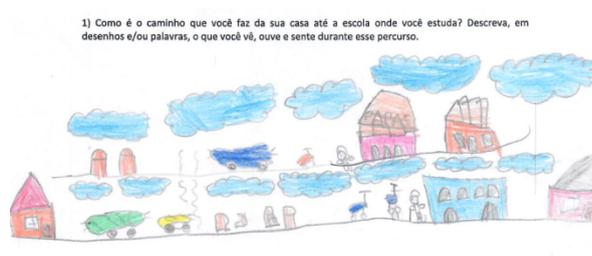
Figuras 05, 06 e 07: Percepções x desejos por estudantes de escolas em Rio das Pedras, na 7ª CRE.

1) Como é o caminho que você faz da sua casa até a escola onde você estuda? Descreva, em desenhos e/ou palavras, o que você vê, ouve e sente durante esse percurso.

Eu passo por: *buracos*
- lixo
- buracos
- alagamentos
- não calçada
- buracos destampado

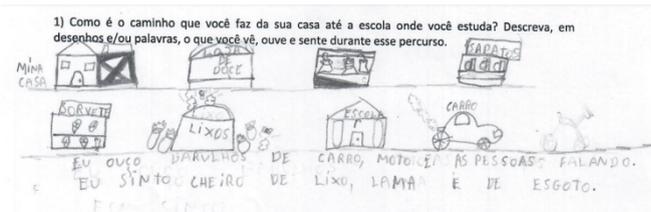
2) Descreva, em desenhos e/ou palavras, o que você deseja para esse percurso?

- buracos tampado
- buracos destampado
- saneamento básico
- calçadas
- limpeza das ruas
- menos resistência



2) Descreva, em desenhos e/ou palavras, o que você deseja para esse percurso?

NÃO TER LIXO NA RUA
NÃO TER ESGOTO ABERTOS
MAIS ÁRVORES
CALÇADAS LIVRES PARA PEDESTRES
UMA PRAÇA



2) Descreva, em desenhos e/ou palavras, o que você deseja para esse percurso?

EU DESEJO QUE A RUA FIQUE MAS
LIMPA E CHEIROSA E SEM POLUIÇÃO

Fonte: Acervo GAE/SEL-RJ (2020)

Nas percepções, a incidência de respostas se deu no lixo, falta de pavimentação, falta de arborização, poluição hídrica, esgoto, comércio local, edificações de baixo e alto gabarito, rua, carros, mobilidade a pé, sons (no sentido negativo, de barulho) e vitalidade urbana.

No caso dos desejos, evidenciou-se uma grande preocupação com a qualidade do bairro, relacionando melhorias no esgoto e qualidade hídrica, maior quantidade de arborização, limpeza, mais praças e condições de acessibilidade nas ruas e calçadas.

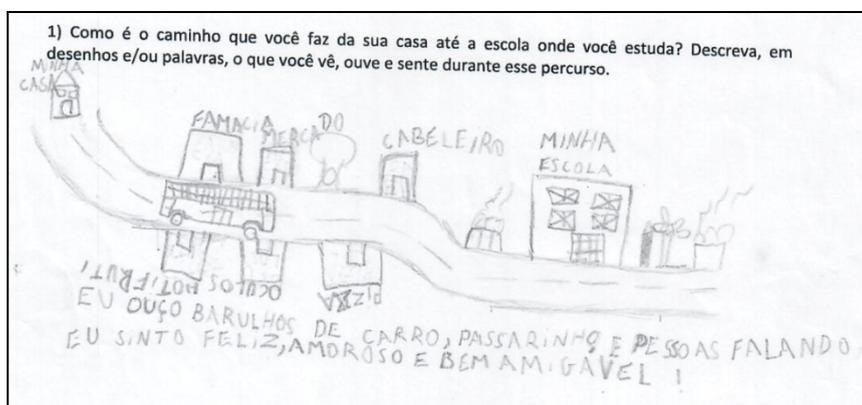
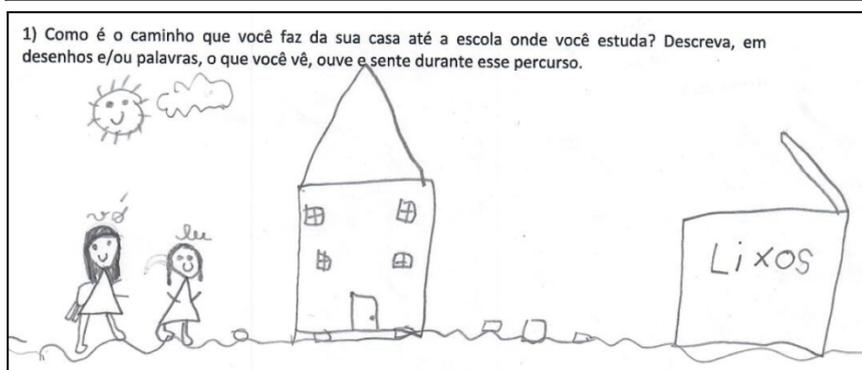
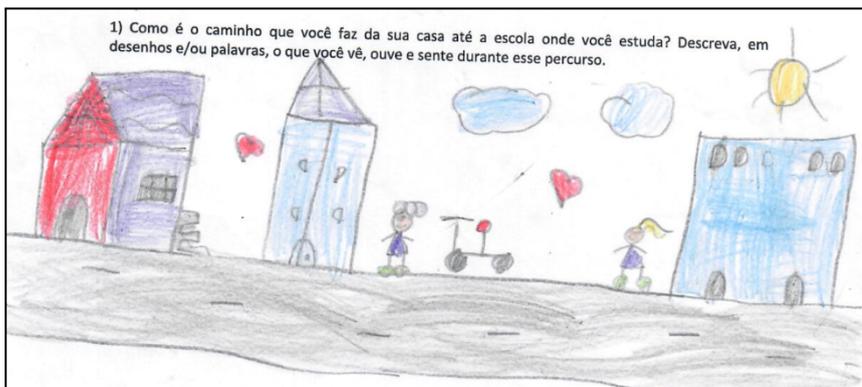
Com isso, é possível compreender o olhar crítico que se desdobra ao ter esse contato direto com os espaços livres, e a dimensão que isso carrega na sua valorização enquanto cidadãos de direito. Isso mostra o quanto as suas percepções deveriam ser levadas em conta na agenda política de melhoria da cidade.

b) envolvimento afetivo com o lugar

Outro resultado a ser destacado é o envolvimento afetivo com o lugar. Na maioria dos desenhos prezam em se colocar na representação do espaço, algumas junto com o responsável que a leva, ou com elementos que expressam sentimentos positivos, como “corações” e “sorrisos” (Figuras 04, 05 e 06).

Ainda que não se possa utilizar de um juízo de valor, e afirmar o significado de cada elemento – pela não presença dos pesquisadores no decorrer da atividade – há de se observar o envolvimento afetivo com o lugar, diante dos relatos de apropriação do espaço no ato das brincadeiras e dos sentimentos de felicidade e paz em ir para a escola.

Figuras 08, 09 e 10: Afetividade e brincadeiras por estudantes de escolas em Rio das Pedras, na 7ª CRE.



Fonte: Acervo GAE/SEL-RJ (2020)

Assim, é possível refletir que as afetações do meio influenciam na percepção de um ambiente como preferido ou evitado. Da mesma forma que os elementos positivos, fatores negativos apareceram, incitando principalmente questões de assédio moral, na maioria dos casos relatados por meninas, que além da infância, ainda carregam o peso de ser mulher.

Essa discussão suscita pensar nas múltiplas camadas que abarcam o perambular pela cidade, reforçando desigualdades de gênero, raça, idade, classe social etc, e como essas relações de dominação e exclusão acabam limitando o uso, apropriação e desfrute destes espaços.

c) direito à infância dentro do direito à cidade

Sendo o direito à cidade um compromisso ético e político de defesa à vida urbana e ao bem comum, a partir de um poder coletivo, agrupa-se a luta social o direito à infância, pois se entende que é o acesso à cidade, em seus espaços públicos, que permite ampliar e consolidar a própria cidadania e



entendimento enquanto ser coletivo, a partir das vivências, encontros, deslocamentos, apropriações, interações e do brincar livre, estimulando o senso crítico, a diversidade e autonomia. O artigo 227 da Constituição Federal diz que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, **o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária**, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 1988, art.227, marcação das autoras).

Pelas respostas, não houve nenhuma menção a espaços de cultura e lazer, pois realmente há a falta de investimentos desse tipo na abrangência da comunidade. Nesse caso, fica evidente como o direito à cidade lhes é restrito, o que influencia direta e indiretamente no direito à infância, de acordo com as prioridades elencadas na Constituição Federal.

6. Considerações finais

Este artigo optou por discutir sobre as experiências e subversões que se arranjam no espaço público, investigadas a partir da narrativa das crianças, estudantes de escolas localizadas no bairro de Rio das Pedras, no Rio de Janeiro. Com foco na qualidade do lugar e nas micropolíticas do cotidiano, a experimentação possibilitou o reconhecimento do bairro, reverberando campos de problematização que não se limitam aos resultados apresentados.

A soma dos registros categorizados demonstrou a importância dos sentidos e afetos para entender uma paisagem, os seus frequentadores, relações e formas de apropriação. A riqueza sinestésica de detalhes representados reforça a infância como coadjuvante necessária nas discussões para cidades mais humanas, responsivas e justas, construídas coletivamente, evidenciando que uma cidade boa para elas, acaba sendo também uma cidade boa para todos.

A atividade do mapeamento afetivo se mostrou satisfatória no atendimento do objetivo e deve ser reconhecida como pioneira no Brasil, dada sua força e mobilização em todo o território, propondo-se a valorizar a participação social, dando espaço para as crianças e jovens opinarem e participarem das políticas públicas de planejamento urbano. Apesar das evidentes limitações que circundam a escala e abrangência da atividade, sua abordagem metodológica cumpriu a expectativa de tomar conhecimento das realidades da cidade, à medida que as crianças trouxeram pontos importantes, a serem debatidos com urgência nos espaços emblemáticos das tomadas de decisões.

De forma específica, os resultados do recorte de estudo permitiram identificar a clareza representativa dos estudantes no reconhecimento da forma urbana e urbanidades de Rio das Pedras. Nota-se uma afeição ao lugar onde circulam, embora reconheçam as diversas problemáticas locais. Pelas respostas ficou evidente que as crianças têm uma opinião muito precisa sobre as dificuldades urbanas que enfrentam, principalmente as relacionadas à infraestrutura, lixo, poluição dos rios urbanos, pouca disponibilidade de áreas verdes e ordenação do espaço público.

Cabe reforçar que os dispositivos são apenas modos disparadores para fazer-falar, mas que não conseguem, por si só, apreender a experiência exata de cada indivíduo ou realidade. Ainda mais nesse caso, onde a escala de atuação era muito maior que o número pesquisadores envolvidos, impossibilitando a presença *in loco* durante a aplicação nas 734 escolas envolvidas. Com isso, se faz recomendável para trabalhos futuros que queiram se debruçar em recortes espaciais específicos, utilizar da abordagem experiencial para combinar os dispositivos com a observação incorporada, se aproximando do território vivido para potencializar a sua utilidade. No caso deste estudo, a limitação para a pesquisa cartográfica *in loco* ocorreu em função das medidas de proteção contra a Covid-19, mas que se cogita como desdobramento futuro, incorporada na pesquisa de mestrado em



andamento.

Portanto, é possível concluir que os afetos têm o poder de gerar subversões no uso da cidade, a partir da ativação da consciência urbana e de pertencimento, refletindo sobre temas como o meio ambiente, patrimônio, paisagem e cidadania, como forma de despertar o olhar crítico e prospectivo sobre a cidade, desde cedo. Estrutura-se assim um movimento orgânico de mudança, entendendo a consciência urbana como ação política, na prática da cidadania e do direito a estes espaços, estimulando assim, a construção de uma cidade para todos, produzida por todos.

A grande oportunidade que se vislumbra neste contexto é a de transformar a forma de enxergar o exercício da arquitetura, por uma dimensão afetiva de coautoria urbana – trocar e aprender com o outro – corroborando no empoderamento da participação social das crianças nas políticas públicas urbanas, para dialogar, atuar e transformar qualitativamente os territórios em que vivem.

7. Agradecimentos

As autoras agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio na concessão de bolsa de mestrado, assim como ao PROARQ/FAU/UFRJ pelo apoio institucional. Um agradecimento especial aos pesquisadores dos Grupos de Pesquisa GAE/PROARQ-UFRJ e SEL-RJ/PROARQ-UFRJ, e a todos que colaboraram na construção do Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos do Rio de Janeiro.

8. Referências

AZEVEDO, Giselle (Org.). **Diálogos entre arquitetura, cidade e infância: Territórios educativos em ação**. Rio de Janeiro: PAISAGENS HÍBRIDAS, 2019.

AZEVEDO, Giselle; TÂNGARI, Vera; RHEINGANTZ, Paulo (Orgs.). **Do espaço escolar ao território educativo: O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade**. Rio de Janeiro: RIO BOOKS, 2016.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1974.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

DUARTE, Fábio. **Rastros de um rio urbano – cidade comunicada, cidade percebida**. In: Ambiente & Sociedade, Campinas, v.9, n.2., p.105-122, jul./dez. 2006.

DUARTE, Cristiane; PINHEIRO, Ethel. Imagine uma tarde chuvosa... pesquisas sobre ambiência, alteridade e afeto . In: Anais do 6º Projeto. **O Projeto como Instrumento para a Materialização da Arquitetura: ensino, pesquisa e prática**. Salvador, nov. 2013 Disponível em: <http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/bitstream/123456789/1759/1/CE04.pdf>. Acesso em: 10-dez-2021.

FRÚGOLI JR., Heitor; ANDRADE Luciana; PEIXOTO, Fernanda (Orgs.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte/São Paulo: PUC Minas/EDUSP, 2006.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. **Cartografar é traçar um plano comum**. In: Fractal. Revista de Psicologia. Rio de Janeiro, v.25, n.2, pp.263-280, agosto, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4942/4784>. Acesso em: 13-fev-2022.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.



LIMA, Mayumi Watanabe de Souza; LIM A, Sérgio Pereira de Souza (coord.). **Arquitetura e Educação**. São Paulo: Studio Nobel, 1995. 272p.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MONTANER, Josep Maria. **Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura da ação**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

MORAES, Marcia. Política ontológica e deficiência visual. In M. Moraes, & V. Kastrup (Orgs.). **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual** (pp 26-51). Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2010.

SANOFF, Henry. **Community Participation Methods in Design and Planning**. New York: Wiley, 1999.

SCHLEE, Mônica; NUNES, Maria Julieta; REGO, Andrea; RHEINGANTZ, Paulo; DIAS, Maria Ângela; TÂNGARI, Vera. **Sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras – um debate conceitual**. In: Paisagem e ambiente: ensaios. vol.26, 2009, p.225-247.

THIBAUD, Jean. Paul. Une approche pragmatique des ambiances urbaines. In: AMPHOUX, Pascal; CHELKOFF, Grégoire; THIBAUD Jean-Paul (Orgs.). **Ambiances en Débats**. Grenoble : Editions A la Croisée, 2004, pp.145-158.

TONUCCI, Francesco. **O direito de brincar: Uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade**. In: Práxis Educacional, [S. l.], v. 16, n. 40, p. 234-257, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6897>. Acesso em: 11 fev. 2022.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção de atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

URIARTE, Monica; NEITZEL, Adair. **A pesquisa de intervenção cartográfica em Arte Educação**. In: Educação Unisinos, vol.21, n.3, pp.387-394, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4496/449656535013/html/>. Acesso em: 10-mar-2022.

VELHO, Gilberto. **Metrópole, Cultura e Conflito** In: VELHO, Gilberto (org.). Rio de Janeiro: **Cultura, política e conflito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007, pp.9–29.



Mariana Coviello Rei Rebelo Pereira

Arquiteta e Urbanista, especialista em Projeto de Edificações e Cidades Sustentáveis. Atualmente é mestranda no Programa de pós-graduação em Arquitetura na Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROARQ/FAU/UFRJ. Pesquisadora colaboradora no Grupo Ambiente Educação (GAE). Atua em pesquisas em: território educativo; sistema de espaços livres; qualidade do lugar; processo participativo; arquitetura escolar e educação integral.

Contribuição de coautoria: Contribuiu ativamente na elaboração e redação do texto, construindo a fundamentação teórica, metodologia, tabelas, análise dos resultados; seleção das referências bibliográficas; e revisão do texto.

Giselle Arteiro Nielsen Azevedo

Arquiteta e urbanista, mestre em Arquitetura e doutora em Engenharia de Produção. Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROARQ, da mesma instituição, e coordenadora do Grupo Ambiente-Educação - GAE. Estuda arquitetura escolar, territórios educativos, avaliação pós-ocupação, qualidade do lugar e percepção ambiental.

Contribuição de coautoria: Contribuiu no instigar da problematização, apresentação de referências bibliográficas e supervisão e revisão do texto.

Como citar: PEREIRA, Mariana C. R. R., AZEVEDO, Giselle A. N. (2022). Afeto e subversão: Práticas infantis nos percursos cotidianos entre casa e escola em Rio das Pedras/RJ. *Paranoá*, (33), 1–19. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n33.2022.03>

Editoras responsáveis: Viviane Ceballos, Regina Oliveira e Maria Fernanda Derntl.